

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

## CONSELHO EDITORIAL

M. F. DO NASCIMENTO BRITO

Presidente

WILSON FIGUEIREDO

Vice-Presidente

## REDAÇÃO

MARCELO PONTES

Editor

PAULO TOTTI

Editor Executivo

MARCELO BERABA

Editor Executivo

ORIVALDO PERIN

Secretário de Redação

SISTEMA JB

SÉRGIO RÊGO MONTEIRO

Vice-Presidente

## Perigo Imediato

Quando era ministro, Mário Henrique Simonsen costumava dizer que a inflação aleija, mas o balanço de pagamentos mata. Justificava assim a ênfase no equilíbrio das contas externas em relação às internas. O tempo mostrou que Simonsen tinha razão: quando a crise da dívida externa estourou em 1982, cortando o crédito do país, custou ao Brasil mais de uma década de recessão e estagnação econômica e social.

Nos tempos da globalização e da abertura completa dos mercados financeiros e de mercadorias, a advertência sobre o que é mais perigoso — déficits fiscais ou déficits comerciais — tende a mudar de ênfase: persistentes déficits fiscais passam a ser vistos com mais desconfiança pelos *players* da economia mundial do que déficits de comércio.

Embora a crise do México (94/95) ainda pare sobre as economias emergentes que alicerçaram sua estabilização na abertura comercial e no fluxo de capitais estrangeiros, os rígidos critérios da unificação monetária da União Européia — com destaque para o déficit fiscal máximo de 3% do PIB — falam mais alto nos dias de hoje. Tanto que a inflação máxima dos 15 países da UE foi a da Grécia, com taxa anual de 7%, e a inflação média dos países mais ricos da OCDE ficou abaixo de 3% em 96 e deve repetir o desempenho este ano.

Comparando-se os dados do FMI, o déficit da balança comercial brasileira, de US\$ 6 bilhões nos últimos 12 meses terminados em janeiro, não acende sinal vermelho. Onze países, encabeçados pelos Estados Unidos, com déficit de US\$ 186 bilhões, Coréia do Sul, com US\$ 22,1 bilhões, e Espanha, com US\$ 19,8 bilhões, estão pior do que o Brasil. Portugal, por exemplo, teve déficit de US\$ 9,6 bilhões em 96.

Quando se verifica o balanço de pagamentos em conta corrente (transações comerciais mais as transações de serviços, incluindo o pagamento de juros da dívida, descontando-

se o ingresso de capitais sob a forma de empréstimos e investimentos diretos), o quadro muda de figura. Excetuando-se os EUA, que acumulam déficit de US\$ 153,5 bilhões — facilmente financiado pelos capitais do exterior, inclusive provenientes das filiais de multinacionais americanas —, o Brasil surge em segundo, ao lado da Coréia do Sul, ambos com US\$ 24 bilhões.

A situação do Brasil é atenuada pelo alto nível de reservas cambiais: US\$ 59 bilhões, a sétima posição do mundo (a maior reserva é a do Japão, com US\$ 216,6 bilhões, seguido pela China, com US\$ 104,3 bilhões, e Formosa, com US\$ 88 bilhões, à frente da Alemanha, com US\$ 83 bilhões). Na hipótese extrema de ser insuficiente o ingresso de capitais para cobrir o déficit em conta corrente (desde 92 tem sido excessivo), as reservas dariam fôlego para o país enfrentar uma crise de seis meses a um ano.

A composição do déficit comercial causado por compras de bens de capital, equipamentos, matérias-primas e veículos, com financiamento a longo prazo do exterior (dois a cinco anos), aumenta a tranquilidade na área externa. A questão central, porém, não é avaliar quanto dinheiro virá do exterior, quando as exportações reagirão, ou qual a defasagem do real. O Plano Real não pode ser mudado.

O problema real e imediato do Brasil chama-se fiscal. Já se perdeu um tempo enorme sem o ajuste fiscal, por falta de aprovação pelo Congresso das reformas administrativa (mais uma vez adiada), previdenciária e tributária. Essas reformas são fundamentais à reorganização das finanças da União, dos estados e dos municípios.

A privatização, que ajudaria a cobrir temporariamente os déficits, enquanto as reformas não surtem efeito, também está atrasada. A hora não é a de discutir qual déficit é pior, mas de agir rápido, porque os instrumentos monetários e cambiais estão esgotando a sua eficácia.